

NOTÍCIAS

276 | Janeiro 2022 | Jornal mensal

A partir de 01/01/2019 esta publicação destina-se a envio exclusivo por correio eletrónico

Eleições Legislativas 2022

CAP diz NÃO aos partidos disponíveis para coligações com o PAN



No decurso dos debates realizados durante a campanha eleitoral, os portugueses foram surpreendidos com a disponibilidade de partidos políticos centrais na nossa democracia admitirem entendimentos com o PAN, um partido que é uma ameaça ao futuro do país. Neste cenário, destaca para o Partido Socialista que assumiu, pela voz do seu secretário-geral António Costa, poder ter no PAN um parceiro de coligação ou de entendimento pós-eleitoral quando afirmou no debate com Rui Rio, de 13 de Janeiro, que “*não há tabus sobre o que acontecerá a 30 de Janeiro*”. A clareza da posição de António Costa, que admitiu governar com um partido cujas ideias e programa eleitoral preconizam a destruição da agricultura e a aniquilação do mundo rural, provocou uma imensa indignação em todo o setor, incluindo em diversos autarcas do Partido Socialista no interior do país.

Pessoas-Animais-Natureza é um partido antiagricultura e que rejeita as especificidades, tradições, cultura e valores do mundo rural. É um partido perigoso e radical que está nos antipodas do que a maioria da população e a CAP defendem e, por isso, todos os cidadãos eleitores com ligações ao setor agrícola e ao mundo rural devem rejeitar – e rejeitam – o voto no PAN, bem como nos que manifestem disponibilidade para com ele se coligarem.

O PAN representa uma ameaça real ao futuro do país. As suas propostas para a agricultura e para o ambiente baseiam-

se maioritariamente em ideologia, preconceito, ignorância, perseguição e credência, e não resistem ao confronto com a ciência e o conhecimento científico.

As medidas que preconiza para a agricultura e o mundo rural, no qual se incluem, entre outras fileiras e atividades, a floresta e a caça, assentam em expressões como “proibir, interditar, eliminar, retirar, impedir”...

Esta é uma postura autoritária e impositiva que não é aceitável nem pode ser normalizada. Estas atividades são importantes para a economia, para a sociedade e o emprego e para o desenvolvimento sustentável e equilibrado do território.

Aceitar governar com o PAN é admitir que o poder é mais importante do que o futuro do país, é ignorar e desrespeitar a esmagadora maioria da população. Portugal precisa de um setor agrícola e de um mundo rural vivo, desenvolvido, moderno, exportador, inovador e sustentável. Integrar o PAN em soluções de governo não serve o interesse nacional.

Assim, perante a possibilidade de o PAN vir a integrar um Governo de Portugal caso o Partido Socialista vença as eleições sem maioria, não pode a CAP ter outra posição que não seja a do apelo à rejeição do voto no Partido Socialista. Da mesma forma procederá a CAP em caso de ser assumido, por qualquer outra força política, que o PAN possa ser parte de qualquer solução de governo para Portugal.

repercussões diretas ou indiretas na atividade agrícola. É o caso, nomeadamente, das metas de redução, em relação aos valores de 2005, de emissões de gases de efeito de estufa, não considerando o uso do solo e florestas (Art.19º):

- Até 2030, uma redução de, pelo menos, 55 %;
- Até 2040, uma redução de, pelo menos, 65 a 75 %;
- Até 2050, uma redução de, pelo menos, 90 %.

(Continuação na página 2)

Lei de Bases do Clima em vigor a 1 de Fevereiro

Entrará em vigor no dia 1 de Fevereiro de 2022 a Lei de Bases do Clima, Lei nº 98/2021, publicada no Diário da República de 31 de Dezembro.

De entre as muitas disposições desta Lei de Bases do Clima - parte das quais incorpora, ou decorre, do normativo nacional e internacional - destacam-se desde já algumas que irão ter

Índice

- Fileira dos cereais lança Projeto aQuacer
- Conselhos Consultivos Regionais 2022
- APA faz sessão única sobre MIRR
- Peste Suína Africana agrava-se na Europa
- Roberta Metsola preside ao Parlamento Europeu
- Agricultura biológica com nova regulamentação
- Eleições 2022 – Debate com Partidos Políticos
- Portugal Sou Eu | Cantinho das Aromáticas completa 20 anos de existência

& dito & escrito

“Creio que a cultura de liberdade do PS não o permitirá, até porque, certas opções do PAN, pelo seu excesso, atingem a coesão cultural, territorial e social do país, dividindo a cidade e o campo, hostilizando e menorizando o mundo rural (...) sinto o dever cívico de publicamente afirmar que voto PS, não voto PAN.”

Manuel Alegre
Militante histórico do PS
Público, 18/01/2022

“Fiz recentemente a estrada que liga o Algarve a Sevilha e vi dezenas de túneis (estufas) que a líder do PAN usa nas suas propriedades onde cultivava frutos vermelhos. Fiquei a saber que, afinal, os espanhóis usam estufas amigas do ambiente e que os seus produtos devem ser biológicos! Alguém acredita nisso?”

Vitor Rainho
Editorial
Jornal I, 20/01/2022

A SAMARRA DO CANDIDATO ANTÓNIO COSTA

“Em política, o que parece é. António Costa é um político experiente que sabe bem o poder de comunicação que a imagem projeta. É muito plausível que o uso de uma samarra, indumentária associada ao mundo rural, feita de lã e com uma pele de raposa, não seja inocente e que tenha sido mesmo um ato pensado e propositado; que António Costa, com este gesto, tenha querido mostrar que vestiu a camisola do mundo rural e que despiu a camisola do PAN.”

Comentário da CAP
Nascer do Sol, 22/01/2022

“O Nascer do SOL tentou obter uma reação do partido de Inês Sousa Real à escolha de vestuário do primeiro-ministro [uma samarra, indumentária associada ao mundo rural, feita de lã e com uma pele de raposa], mas não obteve qualquer resposta até à hora de fecho desta edição.”

Não comentário do PAN
Nascer do Sol, 22/01/2022

Continuação

É ainda adoptada a meta, para o sumidouro líquido de CO₂ equivalente do sector do uso do solo e das florestas, de, em média, pelo menos, 13 megatoneladas, entre 2045 e 2050. Destacam-se também as disposições relacionadas com o uso da água nos aproveitamentos hidroagrícolas, como sejam o Art.52º “Água e resíduos” (Secção III – Políticas de Materiais e Consumo), e o Art.54º “Agricultura de baixo carbono” e o Art.56º “Alimentação” (Secção IV – Cadeia Agroalimentar).



Fileira dos cereais lança Projeto aQuacer



ANPROMIS, ANPOC e COTARROZ juntam-se ao IPMA e ao COTR e lançam projeto aQuacer para valorização da água no setor agroalimentar através da promoção do uso eficiente da água.

As medidas de adaptação e mitigação às alterações climáticas são uma prioridade mundial e Portugal, em concreto, encontra-se entre as zonas europeias com maior exposição e vulnerabilidade aos impactos da mudança dos padrões climáticos.

Esta realidade afeta os sistemas de produção agrícola e o regadio revela-se, assim, determinante para um país com um clima mediterrânico como o nosso e o uso eficiente da água representa, cada vez mais, um desafio para a agricultura nacional.

Querendo fazer parte da solução, a ANPROMIS (milho), a ANPOC (cereais praganosos) e o COTARROZ (arroz), juntamente com o COTR e o IPMA, uniram-se para responder ao repto da Fundação Calouste Gulbenkian de valorização da água no setor agroalimentar, tendo visto a sua candidatura ao concurso de apoio à demonstração na gestão da água da rega, recentemente aprovada.

As cinco entidades vão assim arrancar com o projeto aQuacer, com duração de um ano, para promoção do uso eficiente da água nas culturas dos cereais através da organização de 10 ações de demonstração específicas para cada tipo de cultura e adaptadas às regiões onde predomina o seu cultivo.

Estão assim pensadas ações para a cultura do milho no Ribatejo e no Vale do Mondego; ações para os cereais praganosos no Alentejo; e ações para a cultura do arroz nestas 3 zonas geográficas. No final do projeto será organizada uma Conferência de balanço e apresentação das principais conclusões e linhas de atuação futuras.

aQuacer - Entidades Parceiras:

ANPROMIS | Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo
ANPOC | Associação Nacional de Proteaginosas, Oleaginosas e Cereais
COTARROZ | Centro de Competência do Arroz
COTR | Centro de Competências para o Regadio Nacional
IPMA | Instituto Português do Mar e da Atmosfera

AGRICULTURA BIOLÓGICA Nova regulamentação



O Regulamento (UE) 2018/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2018, relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revoga o Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho, entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2022, após o adiamento da sua aplicação por um ano.

Este regulamento visa atualizar e reforçar as regras da União Europeia relativas à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos no que se refere ao sistema de controlo, ao regime comercial e às regras de produção, de modo a:

- Criar condições equitativas de concorrência para os operadores, possibilidade de certificação em grupo de pequenos produtores que se encontrem geograficamente próximos e que possuam um sistema de gestão conjunto e organizado, facilitando assim a sua transição para a agricultura biológica;
- Simplificar as regras de produção estabelecendo uma supressão progressiva de várias exceções e autoexclusões;
- Harmonizar as regras aplicáveis aos operadores biológicos nos Estados-membros da UE e nos países não pertencentes à UE, através da introdução de um sistema de controlo do cumprimento das normas da UE;

- Aumentar a confiança dos consumidores nos produtos biológicos e no logótipo e produção biológica da UE, reforçando o sistema de controlo com a introdução de medidas de precaução mais restritivas e controlos eficazes ao longo de toda a cadeia de abastecimento.

Apesar de ainda não ter sido publicada toda a legislação secundária relativa à implementação da nova regulamentação, este Regulamento apresenta várias novidades com impacto na forma de produzir alimentos biológicos:

- Possibilidade de certificar novos produtos, tais como sal, rolas de cortiça natural, óleos essenciais, leveduras, algodão, lã, peles, mate, milho doce, folhas de videira, palmitos, rebentos de lúpulo e outras partes semelhantes comestíveis de plantas e de produtos deles derivados, casulos de bicho-da-seda, gomas e resinas naturais, cera de abelha, etc.
- Definição de novas regras para a produção de coelhos, cervídeos e aves.
- Exclusão de sistemas de produção em camas demarcadas, vasos e outros sistemas que impeçam o desenvolvimento natural das raízes das plantas.
- Harmonização da abordagem para reduzir o risco de contaminação acidental com pesticidas.
- Para os produtos transformados, a exclusão de ingredientes que contenham ou sejam constituídos por nanomateriais artificiais.
- Restrições na utilização de aromas naturais. Apenas os aromas naturais provenientes de determinados ingredientes podem ser utilizados em produtos biológicos processados.
- Criação de uma lista restrita para produtos de limpeza e desinfeção.

Peste Suína Africana alastra na Europa



A Direção Geral da Alimentação e Veterinária reforçou as medidas de prevenção perante a disseminação da Peste Suína Africana no continente europeu, incluindo novas áreas livres e elevado número de focos em suínos domésticos e em javalis,

resultando no agravamento da doença. Considerando o controlo de doenças feito pela União Europeia, em 2021 foram notificados 12.076 focos em javalis e 1.826 em suínos domésticos no território da UE. Porém, apenas nos primeiros dez dias de 2022, já foram reportados 319 focos em javalis e em 13 explorações de suínos.

Atenta à evolução epidemiológica, a DGAV solicita aos produtores, comerciantes, industriais, transportadores, caçadores, médicos veterinários e a quem lida com os efetivos de suínos e com as populações de javalis, para que sejam reforçadas as seguintes medidas preventivas:

- 1 – A correta aplicação das medidas de biossegurança nas explorações, nos centros de agrupamento e entrepostos;
- 2 – A apropriada aplicação das medidas de biossegurança nos transportes, nomeadamente no respeitante à limpeza e desinfeção dos veículos que transportam os animais;

- 3 – A adequada aplicação das boas práticas no ato da caça;
- 4 – A correta aplicação das medidas de biossegurança ao viajar para fora do país para caçar e com os troféus de caça oriundos de outros países;
- 5 – A proibição da alimentação de suínos com lavaduras (art.º 23.º Decreto-Lei n.º 143/2003 de 2 de Julho) e com restos de cozinha e mesa, ou matérias que os contenham ou deles derivem (alínea b) art.º 11 do Regulamento (CE) n.º 1069/2009 de 21 de Outubro);
- 6 – Não deixar restos de comida acessíveis a javalis, colocando-os sempre em caixotes de lixo protegidos dos animais selvagens;
- 7 – O adequado encaminhamento e destruição dos subprodutos animais em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1069/2009 de 21 de Outubro.

Lembramos que é obrigatória a notificação de qualquer ocorrência ou suspeita de PSA aos serviços regionais e locais da DGAV (<https://www.dgav.pt/contatos>).

Javalis mortos em espaços naturais devem ser reportados na aplicação ANIMAS - Notificação Imediata de Mortalidade de Animais Selvagens (<https://animas.icnf.pt>).

Eleições Legislativas 2022

Comentário ao Debate com Partidos Políticos



Diferentes visões ideológicas estiveram presentes no debate organizado pela CAP no dia 12 de Janeiro, que juntou seis partidos políticos – PS, PSD, CDU, CDS/PP, IL e Chega – para apresentarem a sua visão para o setor agrícola, plasmada nas linhas de ação que constam nos respetivos programas políticos para as próximas eleições legislativas. Porém, se todos os partidos participantes foram unânimes na afirmação de fortalecer as políticas para a Agricultura e para o Mundo Rural, garantindo o investimento e a modernização do setor, acautelando a desburocratização e simplificação dos processos, e promovendo o rejuvenescimento da população agrícola, o Partido Socialista, representado pela ministra da Agricultura, insistiu na manutenção das atuais políticas e arquitetura governamental na próxima legislatura.

Foram cinco as questões colocadas pelo moderador e secretário-geral da CAP, Luís Mira, previamente enviadas a todos os partidos para agilizar a preparação das respetivas respostas. Estiveram presentes no debate em representação dos seis partidos políticos os seguintes intervenientes:

- **Maria do Céu Antunes**, ministra da Agricultura e candidata a deputada pelo círculo eleitoral de Santarém, representou o PS;
- **João Paulo Gouveia**, vice-presidente da Câmara Municipal de Viseu e vice-coordenador do Conselho Estratégico Nacional do PSD para a área de Agricultura;
- **João Dias**, primeiro nome da lista da CDU por Beja;
- **Francisco Palma**, cabeça-de-lista do CDS/PP pelo círculo de Beja;
- **Carla Castro**, membro da comissão executiva da Iniciativa Liberal e candidata a deputada por Lisboa;
- **Pedro dos Santos Frazão**, vice-presidente do Chega, vereador da Câmara Municipal de Santarém e cabeça-de-lista por esse distrito.

Cada partido dispôs de três minutos para responder a cada uma das seguintes perguntas:

1. Atualmente, sempre que se realiza um Conselho Europeu da Agricultura e Pescas, o Governo português é representado por três ministros distintos (Ambiente, Agricultura e Mar). Consideram esta dispersão de competências adequada e, se não, o que deverá ser feito para melhorar a representação do nosso país em Bruxelas?
2. Com a formação de um novo governo, qual será a opção de cada partido relativamente à estrutura do mesmo, neste caso concreto, em relação a este setor? O Ministério da Agricultura deverá manter-se e reforçar competências ou, pelo contrário, consideram que para os problemas específicos do setor agrícola e das populações rurais um Secretário de Estado será suficiente?
3. A CAP e os agricultores que representa consideram desadequadas as opções que foram tomadas pelo atual governo em termos de mudança de tutela das florestas, dos animais e da gestão da água. Consideram importante corrigir estas situações ou, pelo contrário, acham que estará bem assim e que será para manter?
4. A constituição do Plano de Recuperação e Resiliência esqueceu a implementação de obras estruturais aplicáveis ao setor agrícola. Haverá no vosso programa de governo algumas alterações que permitam corrigir esta situação?
5. Com a conclusão de mais um processo de revisão da Política Agrícola Comum e em plena fase de apresentação dos planos nacionais relativamente a esta matéria, tendo o setor agrícola português demonstrado uma resiliência fora de série, quer na crise financeira recente quer na crise pandémica que ainda atravessamos, modernizando-se e aumentando exponencialmente as suas exportações, impõem-se questionar os nossos representantes políticos sobre a estratégia que desejam ver implementada na agricultura portuguesa. Neste caso, qual é a vossa estratégia para a agricultura?

A CAP que tem sistematicamente alertado para o facto de a Agricultura ter vindo a perder, nos últimos governos, a relevância política que é devida a um setor económico fundamental para o país, para a economia e para a sociedade, congratula-se com o facto de a maioria dos partidos – com exceção do PS, que não antecipa qualquer cenário – defenderem, em uníssono, a necessidade de corrigir os erros do passado mais recente e reforçar as competências do Ministério da Agricultura, devolvendo ao mesmo a tutela de áreas fundamentais para o setor e para o Mundo Rural, como a gestão das florestas, da água e dos animais.

Coincidente com a posição da CAP sobre esta matéria, a maioria dos partidos defende um Ministério da Agricultura mais forte, e com mais competências, dotado de uma estrutura orgânica capaz de se bater, no seio do governo e das instituições comunitárias, pelos interesses da atividade agrícola e dos agricultores.

Relativamente à utilização dos fundos do PRR para apoiar a resiliência do setor, apesar das diferentes soluções que defendem, mais uma vez todos os partidos – nova exceção feita ao PS – consideram que é essencial corrigir as lacunas deste Plano no que respeita à Agricultura. Da mesma forma, consideraram que há margem para corrigir o Plano Estratégico da PAC, apresentado pelo atual Governo a Bruxelas. Desburocratização e simplificação de procedimentos, mais apoio ao investimento, à modernização e ao rejuvenescimento da população agrícola, uma clara aposta no regadio e na defesa do modo de vida rural foram algumas das visões apresentadas pelos partidos políticos que participaram nesta sessão.

A sessão está disponível no [YouTube](#) e [Facebook](#) da CAP.



“Resultou claro deste debate, que em boa hora a CAP promoveu, que independentemente das diferenças ideológicas que separam os diversos partidos, nas grandes soluções que apresentam, está explícita uma visão de futuro para o setor, pelo que não há razão para que, após as eleições legislativas agendadas para o próximo dia 30 de Janeiro, não se encontrem caminhos que permitam afirmar a importância socioeconómica e o peso político da Agricultura e do Mundo Rural.

No governo ou na oposição, os partidos políticos têm a responsabilidade de trabalhar em conjunto e de forma construtiva sobre as prioridades convergentes e em prol da valorização e da defesa do setor agrícola. Desta forma, serão criadas condições para que os empresários agrícolas possam investir, criar emprego, gerar conhecimento, inovar e introduzir tecnologia, desenvolver o território com sustentabilidade, e aumentar as exportações.

Da mesma forma, será imprescindível que o próximo Ministério da Agricultura seja também capaz de implementar políticas que verdadeiramente venham abranger os pequenos e médios agricultores em todo o país, incluindo as Regiões Autónomas”

Luís Mira, secretário-geral da CAP



CONSELHOS CONSULTIVOS REGIONAIS analisam atualidade



Alto Alentejo

Baixo Alentejo e Algarve



Oeste



Ribatejo

Ao longo do mês de Janeiro, a CAP reúne os seus Conselhos Consultivos Regionais, numa volta ao país que pretende auscultar os dirigentes associativos das várias regiões sobre as questões da atualidade da agricultura portuguesa e esclarecer estes representantes sobre diversas matérias relacionadas com o setor.

Para além dos aspetos específicos relativos a cada região, os Conselhos abordam temas comuns como a situação no que concerne ao PEPAC (Plano Estratégico da PAC), o PDR (Programa de Desenvolvimento Rural) e as alterações para 2022 relativamente à PAC (Política Agrícola Comum).

Estes encontros, que reúnem os dirigentes das associadas da CAP em cada região, contam com a presença do presidente da Confederação, Eduardo Oliveira e Sousa, e do secretário-geral, Luís Mira, que apresentam os temas e auscultam as dificuldades e as opiniões das suas estruturas regionais, este ano acompanhados pelo departamento técnico da CAP através de plataforma online.

Apesar dos condicionamentos impostos pela pandemia, estas reuniões presenciais no terreno revestem-se da máxima importância para a dinâmica e articulação inerente ao movimento associativo sócio-profissional.

A série de encontros iniciou-se no dia 10 de Janeiro, em Elvas, com o Conselho Consultivo do Alto Alentejo e prosseguiu com o Conselho Consultivo Regional do Baixo Alentejo e Algarve (dia 13/01, Mértola), com o Conselho Consultivo Regional do Oeste (14/01, Sobral de Monte Agraço), Conselho Consultivo do Ribatejo (17/01, Golegã), Conselho Consultivo do Entre Douro e Minho (26/01, Póvoa do Varzim), Conselho Consultivo de Trás-os-Montes (27/01, Vimioso) e Conselho Consultivo do Centro (28/01, Almeida).

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

Promove sessão única sobre Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR)



Apesar do pedido da CAP para a realização de uma sessão de esclarecimento para o sector agrícola relativa à entrega dos MIRR, que termina a 31 de Março, a Agência Portuguesa do Ambiente fará uma sessão única, via Zoom, na manhã de 1 de Fevereiro. O período de submissão do Mapa Integrado de Registo

de Resíduos (MIRR) relativo ao ano de 2021 decorre até 31 de Março de 2022, sendo o registo de dados efectuado através da plataforma eletrónica SiliAmb.

Não obstante a CAP continuar a insistir na realização de uma sessão dirigida ao sector agrícola - até agora, sem resposta - informamos que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) vai realizar uma sessão de esclarecimento *online* sobre o MIRR para produtores, comerciantes e transportadores de resíduos no dia 1 de Fevereiro, das 9h30 às 12h30.

Nesta sessão, via Zoom, serão abordadas questões como:

- Enquadramento legal
- Requisitos de acesso ao MIRR
- Regras de preenchimento dos formulários
- Alterações ao regime geral de gestão de resíduos (RGGR) com impacto para o MIRR.

A participação é gratuita mas de inscrição obrigatória e limitada a 1 inscrição por entidade.

INFORMAÇÕES EM:

<https://apoiosiliamb.apambiente.pt/content/documentos-de-apoio?language=pt-pt>

Roberta Metsola preside ao Parlamento Europeu



A maltesa Roberta Metsola, membro do Partido Popular Europeu, foi eleita à primeira volta, com 458 votos, sucedendo a David

Sassoli que faleceu a 11 de Janeiro e cujo mandato terminava a 18 de Janeiro.

A eleição decorreu na primeira sessão plenária do ano em Estrasburgo e a sucessão já estava prevista, dentro do espírito do acordo de partilha de mandato pelos grupos mais votados, ou seja, entre os socialistas do S&D e os democratas cristãos do PPE.

Formada em Direito e Ciência política pelo Colégio da Europa de Bruges, foi assessora para a Justiça na representação Permanente de Malta na União Europeia e conselheira jurídica de Catherine Ashton, alta-representante para a Política

Externa e de Segurança entre 2009-2014. Metsola está no Parlamento Europeu desde 2013.

A primeira sessão plenária do PE procedeu também à eleição dos catorze vice-presidentes para a segunda metade da legislatura. O socialista português Pedro Silva Pereira foi reeleito vice-presidente, na primeira volta, com 517 votos, atrás do austríaco Othmar Karas, do Partido Popular Europeu (536) e do socialista italiano Pina Picierno (527). Silva Pereira será o terceiro vice-presidente do Parlamento Europeu até às próximas eleições europeias, em 2024.



Cantinho das Aromáticas completa 20 anos de existência

Desde a sua criação formal em Janeiro de 2002 que a empresa Cantinho das Aromáticas faz diariamente uma agricultura biológica de proximidade, sem sair da cidade, enriquecendo o ecossistema urbano de Vila Nova de Gaia.

Durante 7 anos toda a produção era exportada para França, tendo como fim a indústria cosmética e farmacêutica.

Desde 2013 produzem milhares de infusões, tisanas e condimentos, sendo toda produção feita na empresa, desde da semente até ao produto final.

Têm o jardim produtivo aberto ao público todo o ano e recebem frequentemente voluntários, que envolvem nas nossas atividades.

Ao longo destes 20 anos já conquistaram diversos prémios e distinções e investem activamente na obtenção de conhecimento sobre este sector, estando envolvidos em inúmeros trabalhos de investigação com diferentes instituições.

É uma empresa aderente ao Portugal Sou Eu desde 2014 e tem mais de 70 produtos com o respectivo selo.



Serviço de Aconselhamento Agrícola e Florestal

Beneficie deste serviço e informe-se! Contacte-nos!

CAP
AGRICULTORES DE PORTUGAL

R. Mestre Lima de Freitas, nº1
1549-012 Lisboa
www.cap.pt
21 7100000

Sistema de Aconselhamento Agrícola e Florestal

Cofinanciado por:



Cofinanciado por:



Ficha Técnica
Notícias CAP nº276
Depósito Legal nº190489/03
Ano XIX - Mensal
Janeiro 2022

Propriedade
CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
Rua Mestre Lima de Freitas, nº 1
1549-012 Lisboa

Redação e Grafismo
CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
Tel.: 217 100 000
www.cap.pt/noticias-cap-app